

SEXUALIDADE E GÊNERO NA SALA DE AULA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

ELIANE ALVES DE OLIVEIRA¹
MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA²

Introdução

Este artigo trata do tema Sexualidade e gênero na sala de aula, buscando mostrar que essa é uma discussão necessária e tem como foco o diálogo invocado pelos próprios alunos que chegam à escola com insegurança, dúvidas, inquietações, acerca dos conceitos de ser homem, ser mulher, sobre masculinidades, feminilidades, orientação sexual, dentre outros.

Nessa perspectiva, apresenta uma discussão sobre a importância do diálogo sobre gênero e sexualidade dentro do ambiente escolar, nos espaços socioeducativos, de interações e construção de sociabilidades entre alunos, considerando questões sobre identidade de gênero e suas interlocuções com raça, etnia, classe, visto que a escola é parte integrante da sociedade e busca a formação integral do indivíduo. Além disso, a formação docente é muito importante, afinal, o professor deve estar preparado para tratar dessas questões com necessária atenção na escola.

É fato. A forma como esses conceitos são encarados por professores/as podem influenciar no comportamento e postura dos/as alunos/as, na construção de suas identidades e respeito à diferença e diversidade sexual, de gênero e suas intersecções com raça/etnia, classe social. Para melhor entendimento sobre essa questão, apresentamos uma provocação: *Sexualidade e gênero na sala de aula? Eis a questão.*

Sexualidade e gênero na sala de aula? Eis a questão...

Falar de sexualidade e gênero dentro da sala de aula provoca muitos

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, BA. Formada em Letras pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Professora do Ensino Fundamental II e Ensino Médio da rede privada de ensino.

²Pós-Doutorado em Antropologia Social e Doutorado em Educação (UFBA). Docente da UESB, do Programa de Pós-Graduação Doutorado em Ensino (RENOEN), Mestrado em Ensino (PPGEN), Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) e Pedagogia. Coordena a Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola (UESB/FAPESB/CNPq).

questionamentos, inquietações, pois esse é um tema delicado, cercado de estereótipos, preconceitos, tabus, mas devido a sua importância na formação dos/as aluno/as, a escola não pode deixar passar despercebido, ignorado.

Esse assunto pode esbarrar, muitas vezes, em (pre)conceitos quando aborda o que deveriam ser os papéis femininos e masculinos, o que é ser menina e menino, homem e mulher. E as implicações sobre o tema sexualidade e gênero na escola tem se intensificado e são termos que estão imersos no cotidiano da vida social, fazendo-se presentes através de símbolos, normas, doutrinas, em diferentes espaços sociais e instituições e se encontram imbricados através das complexas redes de relações entre os sujeitos (LOURO, 1995). Sobre isso, em 2011, houve uma discussão em todo o território nacional sobre um material produzido por especialistas sob encomenda do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para promover o Brasil sem homofobia nas escolas. Mas a iniciativa não resistiu às pressões de congressistas ligados a entidades religiosas, o que levou o Governo Federal a retroceder e a impedir o andamento do projeto. No entanto, um levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia - GGB (CIEGLINSKI/EBEC, 2012) revela que a cada 33h um homossexual é assassinado no país. Por isso, é importante ter a clareza de como a educação pode contribuir para promover a diversidade, quebrar estigmas, respeitar a diferença e, assim, evitar casos de violência nos espaços escolares e sociais.

Não há dúvidas de que *sexualidade e identidade de gênero* é um tema que deve ser discutido na escola e precisa se constituir como um assunto curricular para pensar sobre a formação do aluno, não só a questão de gênero, mas também, corpo, desejo, dúvidas, anseios, elementos esses que não podem ser apagados dentro da sala de aula. Para Lopes (2008), os corpos na escola não têm desejo, não se vinculam a prazeres eróticos e não existem como forças constitutivas de quem são nas práticas sociais. Em relação à questão de gênero, o aluno começa a se perguntar sobre o que é ser masculino, o que é ser feminino, começa a se perceber masculino ou feminino, ou nenhum dos gêneros. Muitos, inclusive, não se veem dentro de padrões estabelecidos para o masculino ou feminino. Há um conflito de fronteira ao mesmo tempo em que este se vê identificando-se com o gênero oposto. O que tem acontecido é que a sociedade padroniza os conceitos de masculinidade e feminilidade e preconiza privilégios da branquitude,

preconceitos de raça/etnia que se entrelaçam com gênero. Na infância, aprende-se que o masculino tem que gostar do azul, ser violento, gostar de carrinho e o feminino tem que gostar de rosa, ser dócil, brincar de boneca. Esses padrões estão bem estabelecidos e rígidos, inexistindo a possibilidade de transgressão. Quando isso tende a acontecer, é comum as escolas montarem um esquema de vigilância, definir limites e espaços desses corpos. Logo, o tema deve ser um assunto curricular para que a escola comece a repensar os seus espaços, pois, o momento do brincar, por exemplo, não é visto como o momento da livre brincadeira e, para muitos meninos e meninas, as roupas, os brinquedos e as brincadeiras do gênero oposto são mais atrativos.

Nesse contexto, torna-se indispensável discutir a importância da formação continuada de professor, os saberes docentes, com cuidado para não os responsabilizar pelos equívocos sobre gênero e sexualidade dentro da escola. A educação deve ser pensada como uma prática política de formação para a cidadania, vida, condição humana e isso implica o compromisso de assegurar a liberdade de expressão e entender que questões relacionadas a gênero e sexualidade muito antes de consistir numa determinação estável, segura e supostamente natural, são identidades fluidas, contraditórias e cambiantes. Mas, desde sempre, convenções sociais violentas e arbitrarias tentam construir uma certa inteligibilidade dos corpos. O que se pretende é que essas ideias de macho/masculinidade, fêmea/feminilidade são elementos consequentes e é como se naturalmente essas experimentações fossem vivenciadas. O que se observa é que ser masculino ou ser feminino constitui o reflexo de uma norma, ou melhor, a expressão de uma convenção social do que qualquer outra coisa. Nem sempre o menino brincar de boneca, a menina brincar com o carrinho, o menino usar um vestido, nada quer dizer sobre a sexualidade dessa criança quando se tornar um adulto. Para a criança, não existe clareza do que são esses padrões, do ser masculino, ser feminino.

Esses conceitos estão mais concretizados no pensamento do adulto. Existe aí um pânico moral quando as pessoas ultrapassam essas fronteiras de gênero porque entende-se que estariam cruzando as fronteiras da determinação do exercício da sexualidade. A questão não é julgar a escola, mas, ao mesmo tempo, pensar a escola como um espaço político importante para o exercício da

liberdade das crianças e jovens. Assim, as universidades, os movimentos sociais têm o compromisso político de ofertar e oportunizar a formação docente para refletir gênero e sexualidade dentro da escola. Por mais que o ser humano seja um ser completo, gênero é uma construção social, identitária. Existem possibilidades de ser masculino e ser feminino, e a orientação sexual está atrelada à sexualidade que, embora sejam conceitos que andam juntos, precisam estar bem definidos. Então, quem tem pênis é masculino e, necessariamente, tem que ser heterossexual como convenção social compulsória. Muitos jovens já sofreram violência relacionada a gênero ou sexualidade e, a maioria, têm consciência do que essa violência representa, como ela acontece na sociedade e por que acontece. Por isso, é importante discutir essa temática a fim de conter o número de casos e vítimas fatais da violência relacionada a gênero e sexualidade. Dentro da sala de aula, os alunos já apresentam anseios que conduzem a discussões sobre gênero e sexualidade, embora para alguns ainda exista um certo receio em falar sobre o assunto uma vez que isso tem sido visto como um tabu historicamente pensando a educação. É possível que alunos/as já tenham consciência da importância dessas discussões para evitar que esse tipo de violência aconteça dentro da escola e em outros espaços sociais.

Nos dias atuais, os jovens, principalmente dos grandes centros urbanos, estão anos à frente dos adultos e dos professores nas discussões de gênero e sexualidade. Enquanto o professor ainda resiste para tratar sobre o assunto, os jovens já discutem de maneira muito natural. Entendem que existe homofobia, bifobia, transfobia, violências de gênero. Muitos já são militantes de movimentos sociais. Esse conservadorismo vivido não apenas pela escola, mas por toda a sociedade, nos dias atuais, é intensificado pelo avanço de forças fundamentalistas que produzem repercussões em todas as políticas públicas. A educação é uma delas. Os professores são apenas sujeitos que se movimentam nesse campo de possibilidades que está colocado aos docentes de todo o país. A precariedade em termos de financiamento público para a educação, formação continuada, tudo isso traz como reflexo a vulnerabilidade das condições e possibilidades para que os professores possam enfrentar preconceitos dentro da escola. É importante pensar nos professores/as gays, lésbicas ou quaisquer que sejam sujeitos que de alguma forma tencionam essas posições em suas vidas e que muitas vezes sofrem ameaças

no cotidiano escolar. Por isso, as políticas públicas são necessárias para garantir a liberdade de expressão e pensar que gênero e sexualidade podem funcionar como uma epistemologia de mundo, e não apenas como prática regulatória, possibilidades de pensar novas relações, novas formas de vida e de conhecer aquilo que toca a experiência humana. No Brasil, poucos cursos de licenciaturas têm a disciplina Sexualidade, elemento muito importante para a formação docente, que começam perceber fazer parte de uma formação geral do aluno e, querendo ou não, virão à tona no cotidiano escolar. Sobre isso, Sposito (2003, p. 19-20) chama a atenção para

O novo público que frequenta a escola, sobretudo adolescente e jovem, passa a constituir no seu interior um universo cada vez mais autônomo de interações, distanciado das referências institucionais trazendo novamente, em sua especificidade, a necessidade de uma perspectiva não escolar no estudo da escola, a via não escolar [...]. A autonomização de uma subcultura adolescente engendra para os alunos da massificação do ensino, uma reticência ou uma oposição à ação do universo normativo escolar, ele mesmo em crise. A escola cessa lentamente de ser modelada somente pelos critérios da sociabilidade adulta e vê penetrar os critérios da sociabilidade adolescente, exigindo um modo peculiar de compreensão e estudo.

Esse pensamento de Sposito mostra que a formação docente, como política pública, precisa ser pensada como aspecto importante, inclusive para refletir sobre violência sexual, de gênero e outras violências. A escola pode ser um palco de liberdade, proteção e discussão para crianças, meninos e meninas, inclusive os professores e toda comunidade escolar. Discutir questões LGBTs, diversidade sexual e gênero não diz respeito única e exclusivamente a gays, lésbicas, travestis ou transexuais. Mas sim diz respeito a todas as pessoas que vivem empoderadas pela norma da heteronormatividade, sobre a qual existe uma compreensão de que a heterossexualidade é algo natural e inquestionável. As questões de identidade de gênero e orientação sexual sempre existiram, porém desde sempre foram sufocadas, reprimidas. Hoje existe uma maior liberdade pra tratá-las. E dentro da escola, torna-se uma discussão fundamental porque faz parte da identidade e a educação tem objetivos essenciais que dialogam com esse conceito: o desenvolvimento da pessoa enquanto ser humano, cidadão e para o trabalho. Discutir sexualidade e gênero na escola é tratar da diversidade. Para Candau (2008, p.15).

Hoje esta consciência do caráter homogeneizador e monocultural da escola é cada vez mais forte, assim como a consciência da necessidade de romper com esta e construir práticas educativas em que a questão da diferença e do multiculturalismo se façam cada vez mais presentes.

A sociedade não costuma dar espaço, ouvir meninos e meninas, como eles se sentem, como se posicionam. Geralmente impõe e define o que cada um é e traz o preconceito social, em todas as suas formas. Não existe uma reflexão no sentido de perceber que a própria palavra preconceito se demonstra errônea em todos os seus aspectos, já que significa construir uma ideia sobre algo sem ter o verdadeiro conhecimento do que venha a ser. Essa questão que envolve a identidade do sexo e não necessariamente o sexo biológico é fator de um grande preconceito social e na escola, que é o centro de transformação, pouco se percebe a busca por outros caminhos.

Situações de discriminação e preconceito estão com frequência presentes no cotidiano escolar e muitas vezes são ignoradas, encaradas como brincadeiras. É importante não negá-las, e sem reconhecê-las e trabalhá-las, tanto no diálogo interpessoal como em momentos de reflexão coletiva, a partir das situações concretas que se manifestem no cotidiano escolar (CANDAU, 2008, p.32).

Surge, então, uma expressão chamada ideologia de gênero que é um tanto polêmica. Para o professor, a sexualidade e as discussões de gênero sempre foram um grande tabu para ser discutido em todos os sentidos. Quando se abre um diálogo para falar sobre essas questões, em regra, o julgamento é que o objetivo dessas discussões é destruir as famílias, um discurso totalmente conservador. O que se deseja é que a escola seja um lugar seguro onde todos e todas sejam respeitados na sua individualidade.

Se a cultura escolar é, em geral, construída marcada pela homogeneização e por um caráter monocultural!, invisibilizarmos as diferenças, tendemos a apagá-las, são todos alunos, são todos iguais. No entanto, a diferença é constitutiva da ação educativa. Está no "chão", na base dos processos educativos, mas necessita ser identificada, revelada, valorizada. Trata-se de dilatar nossa capacidade de assumi-la e trabalhá-la (CANDAU, 2008, p. 25).

Na verdade, cada indivíduo-sujeito tem a sua forma de ser. As pessoas são diferentes, e essas diferenças precisam ser respeitadas. Isso é fundamental nessa discussão. A ideologia é um movimento falacioso e não permite discutir esses temas que estão dentro da escola, nas construções sociais e espaços de convivência entre alunos/as nos ambientes de aprendizagens e formação humana e

cidadania. Toda essa polêmica acaba atrapalhando o trabalho do professor que é prestar os esclarecimentos e dar liberdade para os alunos se expressar. No entanto, a escola é, antes de tudo, um lugar apropriado para uma preparação para a liberdade do pensamento, da pluralidade, da compreensão do outro. O ambiente escolar não deve ser como no Brasil habitualmente se pensa: aquele centro institucional onde o aluno recebe bagagens de diferentes disciplinas escolares. Isso até era concebido. Nos tempos atuais não, quando a um toque de mouse tem-se acesso a inúmeras informações. Essa liberdade deve ser a função essencial da escola. De certa forma, está comprometida devido a preconceitos que persistem, alimentados por discursos machistas, misóginos, sexistas.

A escola é parte integrante da sociedade. Não se pode fechar os olhos para o que está acontecendo a sua volta. Como extensão de extrema importância, sua função também é orientar junto às famílias no sentido de preparar esses alunos para o mercado de trabalho, mas também, para viver de forma mais responsável. Para Carrano (2008, p. 201) a instituição escolar pode desempenhar um papel importante neste processo de escolhas identitárias e construção de autonomia pessoal dos jovens, desde que se encontre aberta ao diálogo com as novas gerações. Durante o período escolar, o indivíduo passa por várias transformações: física emocional, relacional. As mudanças nas relações entre meninos e meninas são percebidas: o primeiro encantamento, os círculos de amizade entre pessoas do gênero oposto. Carvalho (2008, p. 109) identifica na sua pesquisa que,

(...) efetivamente, o envolvimento de grande parte das crianças de ambos os sexos em conversas sobre namoro, com troca de bilhetes, intrigas, idas e vindas das carteiras e até das salas de aula, além de grande interesse por temas ligados à sexualidade e à intimidade amorosa (procura por livros, conversas, perguntas às professoras e pesquisadoras).

Observamos, portanto, que as relações que envolvem o conceito de gênero ficam mais intensas. Os meninos começam a ver as meninas de outra forma e vice-versa, inclusive se descobrindo na homoafetividade. Assim, já apresentam curiosidades e desejam saber para viver melhor. Saem de casa com o coração aberto, com muitas dúvidas e já conseguem demonstrar opiniões fortes. Sobre os professores, Lopes (2008, pp. 133-134) esclarece que

Por causa da natureza de seu trabalho, os/as professores/as estão na linha de frente dos embates sociais e culturais e não podem esperar que as

mudanças sejam efetivadas em 132 133 políticas públicas para implementá-las em suas práticas. Precisam estar adiante. Necessitam se familiarizar continuamente com outros discursos e teorizações que podem apresentar alternativas de compreensão da vida social principalmente devido à posição de responsabilidade que ocupam, e colaborar na construção de outros mundos e outras sociabilidades.

O professor é, antes de tudo, um educador. Cada um na sua especialidade. Porém, temas como esses devem ser abordados por ele, independente da sua área de atuação, porque, na verdade, são temas que vão além da compreensão das disciplinas curriculares que não deixam de ser importantes, como conhecimentos específicos que são. Essas discussões podem acontecer de maneira muito natural. Não existe uma maneira ideal para introduzir essas discussões, visto que a diversidade está dentro da escola. É importante, nesse contexto, discutir o respeito, cada um com suas ideias, características, orientações sexuais, com suas identidades. Como lembra Silva (2000), a identidade não é fixa, imutável, única. É heterogênea, também não é uma essência, não é um dado, nem definitiva. Ela é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. Afinal, a identidade está sempre em construção porque é um ato performativo. Logo, hoje, o que vale para alguém pode não valer amanhã enquanto identidade sexual ou masculinidades e feminilidades. Eis a questão...

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos afirmar que as identidades são criadas individualmente e precisam ser respeitadas. O que está em discussão não é a aceitação, porque cada um é livre para escolher os seus valores, sejam pela religião, pelas leituras de mundo que construiu ao longo da vida. Entretanto, é imprescindível respeitar o outro para que esse respeito promova a felicidade na convivência harmônica.

Disso decorrem outros problemas dentro do ambiente escolar como o bullying, através de apelidos pejorativos que geram insegurança no outro e reduz a sua produtividade. Para que essas discussões ocorram de forma saudável, é fundamental que os professores estejam preparados para mediar os diálogos, quando não estão. Na maioria das vezes, estão focados no seu conteúdo e não em questões de convivência. Por isso, é preciso, em certos momentos, parar a aula daquele conteúdo específico e falar sobre questões da vida, para que esses alunos

não venham a ser penalizados quando adultos por conta de comportamentos e posturas inadequadas que pudessem ter sido desconstruídas durante a sua vida escolar, inclusive o envolvimento em crimes de desrespeito às questões de gênero e sexualidade. Os alunos tornam-se adultos que não respeitam as minorias e propagam discursos de ódio contra elas. As novas gerações de professores já devem ter em sua formação acadêmica o mínimo de conteúdo possível a fim de que cheguem à sala de aula mais seguros para tratar dessas questões. Os temas centrais das relações humanas como empatia, liberdade dão à escola uma cara de centro educacional que se preocupa com a formação holística do indivíduo. A partir daí, a ideologia dessas discussões vai criando uma maturidade e aos poucos, a escola vai se tornar o que Paulo freire sempre buscou: um centro de prática da liberdade.

Referências

- CANAU, V. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In: MOREIRA, A. F.; CANAU, V. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.*
- CARRANO, P. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. *In: MOREIRA, A. F.; CANAU, V. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.*
- CARVALHO, M. P. de. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. *In: MOREIRA, A. F.; CANAU, V. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.*
- CIEGLINSKI, A. A cada 33 horas um homossexual é assassinado no país. **Portal EBC** – Empresa Brasil de Comunicação, 29/11/2012. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2012/11/a-cada-33-horas-um-homossexual-e-assassinado-no-pais>. Acesso em: 02 de out. de 2022.
- LOPES, L.P.M. **Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer**. *In: MOREIRA, A. F.; CANAU, V. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.*
- LOURO, G. L. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. *In: SILVA, L. H. da; AZEVEDO, J. C. de (Org.). **Reestruturação Curricular: teoria e prática no cotidiano escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 32-36.*
- SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, T.T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.*
- SPOSITO, M.P. (2003). Uma perspectiva não-escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, n. 57, mar.-mai.; p. p. 210-226.